

Saúde em risco com clandestinidade

MINERVINO JÚNIOR

Conselho Regional de Farmácias denuncia estabelecimentos ilegais

GUSTAVO IGREJA

Farmácias clandestinas podem estar colocando em risco a saúde dos brasilienses. O alerta é do Conselho Regional de Farmácias (CRF-DF), que tem listados no Distrito Federal pelo menos 31 estabelecimentos farmacêuticos irregulares, sem registro no CRF ou licença sanitária de funcionamento. "A Vigilância Sanitária é relapsa em fiscalizar", protesta Antônio Barbosa, presidente do CRF. O diretor da Vigilância, Laércio Inácio Cardoso, rebate: "Não conheço farmácia clandestina. Se o CRF conhece, nunca nos comunicou".

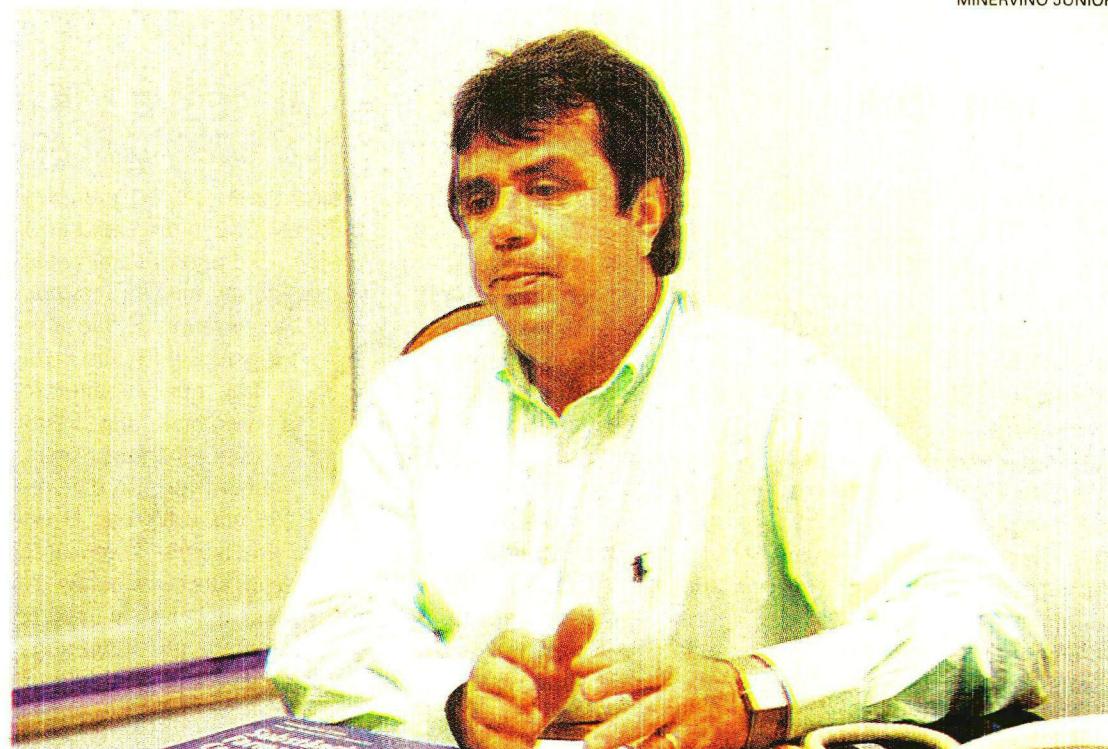
De acordo com Antônio Barbosa, sem registro no CRF, a farmácia fica à margem de qualquer fiscalização. "Não sabemos a origem do medicamento, o que permite, entre outras coisas, que o estabelecimento venda remédios falsificados", argumenta. Fica também mais difícil acompanhar as condições de transporte dos produtos e de armazenamento.

O presidente do CRF ainda

afirma que a fiscalização da Vigilância Sanitária, além de ineficiente, peca pela falta de critério dos inspetores. "Se uma irregularidade é motivo de fechamento para um inspetor, para outro não o é. Já vi farmácia ser fechada por uma inspetoria por estar vendendo picolé. Outra, que fazia a mesma coisa em outra região, foi apenas notificada", conta.

Estabelecimentos irregulares, que não apresentem alvará de funcionamento, licença sanitária ou registro no CRF têm que ser fechados pela Vigilância e multados em valores que variam de acordo com o caso, conforme determina a Lei 5.991, sobre condições sanitárias de funcionamento.

Para o diretor da Vigilância, não existe falta de critério. "Em cada dez farmácias fiscalizadas, autuamos seis por não contarem com farmacêutico no momento da fiscalização". Sobre a diferença de postura dos fiscais, Laércio afirma acreditar no bom senso dos profissionais. "Alguns são mais legalistas (seguem a lei ao pé da letra), outros usam mais do bom senso".



O presidente do CRF acusa a fiscalização de ser relapsa no combate às irregularidades do setor

600 são as farmácias que funcionam no DF

31 são os estabelecimentos clandestinos

R\$ 240 é o valor inicial da multa pela irregularidade